# Demonstrações Financeiras

DME Energética S.A. - DMEE

31 de dezembro de 2016 com Relatório do Auditor Independente

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	51
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio liquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Demonstrações do valor adicionado	
Notas explicativas às demonstracões financeiras	



Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º e 3º andares - Nova Campinas 13092-123 - Campinas - SP - Brasil

Tel: +55 19 3322-0500 Fax: +55 19 3322-0559 ev.com.br

#### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **DME Energética S.A. - DMEE** Poços de Caldas – Minas Gerais

#### Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da DME Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Energética S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião com ressalvas

Investimento no Consórcio Empresarial Pai Querê

As demonstrações financeiras da investida Consórcio Empresarial Pai Querê referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foram examinadas por nós ou por auditores independentes. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo do investimento no montante de R\$ 3.768 mil em 31 de dezembro de 2016.

Registro do Uso do Bem Público em Coligada

A coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público (UBP), de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2015. Até aquele exercício, o registro contábil estava sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. As características do contrato de concessão da coligada requerem o registro da obrigação do UBP em contrapartida do ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Como consequência, o investimento nessa coligada e o resultado de equivalência patrimonial estão superavaliados em R\$ 27.217 mil e R\$ 1.367 mil, respectivamente.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar tal fato.

Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalvas" acima, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo de investimento no montante de R\$ 3.768 mil e o investimento e o resultado de equivalência patrimonial estão superavaliados em R\$ 27.217 mil e R\$ 1.367 mil, respectivamente. Essas ressalvas afetam significativamente a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Concluímos que as outras informações que compreendem o Relatório da Administração apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção "Base para opinião com ressalvas".

#### **Outros assuntos**

Reapresentação dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 2(e) foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria incluindo parágrafo de ênfase relacionado a processo de natureza cível e probabilidade de perda avaliada como possível e ressalvas sobre a impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada sobre o investimento no Consórcio Empresarial Pai Querê e sobre a ausência de reconhecimento de obrigação a pagar por uso de bem público no exercício adequado na investida SEFAC – Serra do Facão Energia S.A., com data de 4 de março de 2016. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2016, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2(e) que foram efetuados para



alterar as demonstrações financeiras de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre essas demonstrações financeiras de 2015 tomadas em conjunto.

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

# Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 7 de abril de 2017.

**ERNST & YOUNG** 

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Adilvo França Junior

Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

DME Energética S.A. - DMEE
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2016
(Em milhares de Reais)

01/01/2015 (Reapresentado)	2.502 852 1.233 9.622	14.653	136.362 936 10 137.308	218.634 79.739 957 4.770	304.100
31/12/2015 (Reapresentado) (R	792 652 1.500 7.630	10.574	155.251 1.133 33 156.417	218.634 84.455 5.474	308.563
31/12/2016	138 2.324 1.134 8.607	12.203	163.508 1.405 54 164.967	247.250 34.147 8.855 7.338	297.590
Nota	r E	<u>,</u>	£ r	5	
Passivo	Circulante Fomecedores - partes relacionadas Impostos e contribuições sociais Outras contas a pagar Uso do bem público - CESAP	Não circulante	Uso do bem público - CESAP Partes relacionadas Outras contas a pagar	Patrimônio Ifquido Capital social Reserva Reserva de lucros Dividendos complementares	Total do passivo
01/01/2015 (Reapresentado)	115,471 6,842 4,677	127.011	36 18.003 119.283 116.880 74.848	329.050	456.061
31/12/2015 (Reapresentado) (	140.602 6.859 8.699	156.282	5.314 17.196 112.496 112.843 71.423	319.272	475.554
31/12/2016	147.563 8.651 7.873	164.270	4.100 16.390 111.845 110.142 68.013	310.490	474.760
No ta	4 W W		ο <del>Γ</del> ∞ ο 5		
Ativo	Circulante Caixa e equivalentes caixa Contas a receber Outros créditos Estoque	Não circulante	Outros Créditos Tributos diferidos Investimentos Imobilizado Intangivel		Total do ativo

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DME Energética S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
			(Reapresentado)
Receita operacional liquida	13	78.057	86.217
Custos operacionais	14	(14.610)	(13.725)
Energia elétrica comprada	15	(7.562)	(25.701)
Lucro bruto		55.885	46.791
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(4.507)	(4.104)
Outras despesas operacionais		(596)	(814)
Resultado de equivalência patrimonial		(611)	(9.487)
Resultado antes das receitas (despesas)			
financeiras líquidas e impostos		50.171	32.386
Receitas financeiras	16	19.784	16.177
Despesas financeiras	16	(20.052)	(26.827)
Resultado financeiro		(268)	(10.650)
Lucro antes dos impostos		49.903	21.736
Contribuição social	17	(3.133)	(1.818)
Imposto de renda	17	(8.680)	(5.026)
Contribuição social diferida		(213)	(213)
Imposto de renda diferido		(593)	(593)
Lucro líquido do exercício		37.284	14.086

## DME Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	37.284	14.086
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	37.284	14.086

DME Energética S.A. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	•	Reserva	Reserva de lucros			
	Capital	Reserva	Lucros	Dividendo complementar	Lucros	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015 (reapresentado)	218.634	4.770	79.739	957	•	304.100
Lucro liquido Juros Sobre o Capital Próprio Recursos das Consorciadas - CESAP Reserva legal (5%) Dividendos propostos pagos Transferência para reserva de lucros		407	(1.578) (14) (14)	. (957)	14.086 (7.074) - (704)	14.086 (8.652) (14) - (957)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	218.634	5.474	84.455	ı		308.563
Aumento do Capital Social Lucro do exercício Juros sobre o capital próprio 2016 Recursos das Consorciadas - CESAP Reserva legal (5%) Dividendo Complementar Transferência para reserva de lucros	28.616	1.88.	(28.616) - (3.397) (5) (36.000) 17.710	8.855	37.284 (8.855) - (1.864) (8.855) (17.710)	37.284 (12.252) (5) (36.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	247.250	7.338	34.147	8.855	•	297.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DME Energética S.A. - DMEE Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Demonstrações dos fluxos de caixa		(Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	37.284	14.086
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Resultado financeiro líquido	9.234	16.897
Resultado com equivalência patrimonial	611	9.487
Valor residual de ativo imobilizado baixado		952
Impostos diferidos	806	806
Depreciação/Amortização	8.203	10.402
	56.138	52.630
Variações patrimoniais		
Redução (aumento) nas contas a receber	(6.205)	30
Redução (aumento) nos outros créditos	1.167	(9.427)
Aumento nos demais ativos circulantes e não circulantes	(9)	(5.679)
Redução nos encargos de uso rede elétrica	(a)	(11)
Redução nas compra de energia elétrica - BAESA/SEFAC	(654)	(1.710)
Aumento no imposto de renda e contribuição social	531	452
Aumento (redução) nos demais passivos circulantes e não circulantes	1.004	(610)
Caixa Oriundo das Operações		040-000
Total das disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	51.972	35.675
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições em imobilizado	(2.092)	(3.861)
Dividendos recebidos	1.948	1.392
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(144)	(2.469)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de Capital		-
Operações com coligadas e controladas	(13)	(44)
Juros sobre o capital próprio	(8.855)	(7.074)
Dividendos pagos	(36.000)	(957)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamentos	(44.868)	(8.075)
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais,		
de investimentos e de financiamentos	6.960	25.131
A variação líquida de caixa é assim demonstrada		-
Disponibilidades		
No fim do exercício	147.562	140.602
No início do exercício	140.602	115.471
Aumento de caixa e equivalente de caixa	6.960	25.131
Aumento de caixa e equivalente de caixa	0.900	25.131

DME Energética S.A Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Receitas		(Reapresentado)
Venda de energia e serviços	87.652	93.352
Outros resultados	(351)	(735)
( ) la compagnata de la facción de la facció	87.301	92.617
(-) Insumos adquiridos de terceiros Insumos consumidos - Custos energia comprada	(7.562)	(25.702)
Material e serviços de terceiros	(6.444)	(5.991)
	(14.006)	(31.693)
Valor adicionado bruto	73.295	60.924
(=) Valor adicionado líquido	73.295	60.924
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	(512)	(10.728)
Resultado da equivalência patrimonial	(611)	(9.487)
	(1.123)	(20.215)
Valor adicionado total a distribuir	72.172	40.709
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal Remunerações	1.654	1.141
Encargos sociais (exceto inss)	249	177
Entidade de previdência privada	154	81
Auxílio-alimentação	191	151
Provisões de férias e 13º	537	265
Convênio assistencial e outros benefícios	276	254
Participação nos resultados	176	100
Outros	145	110
	3.382	2.281
Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)	391	247
IRPJ/CSLL	12,620	7.650
PIS/COFINS e Outros	9.594	7.136
Outros	8.900	9.310
	31.506	24.343
Acionistas		
Resultados retidos	37.284	14.086
Total	72.172	40.709

# Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

#### 1 Contexto operacional

#### a. A Companhia

A DME Energética S.A. ("Companhia" ou "DMEE"), é uma empresa pública do Município de Poços de Caldas, constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pela Lei Municipal nº 7.192, de 27 de junho de 2000, e regida pela Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010 sediada na Rua Amazonas nº 65 – centro, no Município de Poços de Caldas, Minas Gerais.

A Companhia tem como única acionista a DME Poços de Caldas Participações S.A., a qual figura como Controladora da Companhia.

A DMEE tem como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente. Sob o aspecto societário, a DMEE detém as seguintes participações diretas:

Sociedades/Consórcios	Participação %
Baesa - Energética Barra Grande S.A.*	8,8189%
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.***	10,0877%
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. – ETAU**	10,0000%
Consórcio Empresarial Pai Querê - CEPAQ	10,0000%
Consórcio Empresarial Salto do Pilão - CESAP	20,0000%

<sup>\*</sup>Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Barra Grande.

#### b. Outorgas de Geração de Energia

Em consonância com seu objeto social a Companhia possui outorga para exploração de quatro empreendimentos de geração hidroelétrica, sendo:

Usina	Potência (MW)	Regime de exploração	Tipo de geração	% Participação	Participação DMEE (MW)	Município	Fase
Pai Querê	292	PE	UHE	10,00%	29,20	Bom Jesus - RS e Lages - SC	Projeto
PCH Padre Carlos (Rolador)	7,8	PE	PCH	100,00%	7,8	Poços de Caldas - MG	Operação
Salto Pião	192	PE	UHE	20,00%	38,38	Apiúna - SC, Ibirama - SC e Lontras - SC	Operação
UHE Pedro Affonso							
Junqueira (Antas I)	8,78	Cotas	UHE	100,00%	8,78	Poços de Caldas - MG	Operação
	500,47				84,16		

A partir do mês de abril de 2014, a concessão da Usina Antas I passou a ser de titularidade da DMEE, conforme 1º Termo Aditivo ao 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 048/99 - ANEEL. A totalidade da geração da usina é destinada a 34 distribuidoras de energia do SIN (Sistema Interligado Nacional), no regime de cotas. A DMEE recebe mensalmente por esta energia 1/12 da RAG (Receita Anual de Geração), estipulada no 2º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 48/99.

<sup>\*\*</sup>Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da Linha de Transmissão 230 KV Campos Novos, Barra Grande, Lagoa Vermelha e Santa Maria.

<sup>\*\*\*</sup>Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Serra do Fação.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

#### c. Consórcio Empresarial Salto Pilão - CESAP

O Consórcio Empresarial Salto Pilão ("CESAP"), com sede em Florianópolis - SC, foi constituido em 22 de janeiro de 2002 e tem por objeto a construção, operação, manutenção, administração e exploração, mediante concessão de uso de bem público (concessão onerosa), do aproveitamento hidrelétrico Salto Pilão bem como do respectivo sistema de transmissão associado, conforme definido no Contrato de Concessão nº 015, datado de 23 de abril de 2002, assinado pelas consorciadas com a ANEEL.

A Companhia participa no Consórcio Salto Pilão ("CESAP") com 20%. O Consórcio não têm personalidade jurídica nem constitui pessoa jurídica distinta dos consorciados, portanto, devem ser entendido como uma comunhão de interesses e responsabilidades para o cumprimento do Contrato de Concessão.

As operações do Consórcio serão mantidas durante o prazo de concessão compartilhada das consorciadas.

#### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC e aprovados pela —Conselho Federal de Contabiliidade — CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A autorização para a conclusão e emissão das demonstrações financeiras foi efetuada pela Administração em 7 de abril de 2017.

#### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.

#### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

#### d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

As informações sobre julgamentos críticos referentes as estimativas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 Contas a receber
- Nota 18 Contingências
- Nota 20 Instrumentos financeiros

#### e. Reapresentação das demonstrações financeiras:

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, procedeu, conforme as orientações do CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva em seu balanço patrimonial, originalmente publicado em 04 de março de 2016.

Para fins de comparabilidade as mudanças efetuadas estão apresentadas a seguir:

		31/12/2015			01/01/2015	
Balanço patrimonial - Ativo	Divulgado	Ajustes	Reapresentado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	156.282		156.282	127.011		127.011
Ativo não circulante						
Tributos Diferidos (a)		17.196	17.196		18.003	18.003
Demais ativos não circulante	302.076		302.076	311.047		311.047
	302.076	17.196	319.272	311.047	18.003	329.050
Total do ativo	458.358	17.196	475.554	438.058	18.003	456.061
		31/12/2015			01/01/2015	
Balanço patrimonial - Passivo	Divulgado	Ajustes	Reapresentado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Passivo circulante						
Dividendos (a)	3.537	(3.537)	-	5 2 3 2	(4.788)	444
	3.537 10.574	(3.537)	10.574	5 232 14 209	(4.788)	
Dividendos (a)		(3.537)	10.574		(4.788)	14.209
Dividendos (a)	10.574			14 209	120	14.209 14.653
Dividendos (a) Demais passivos circulante	10.574		10.574	14209	120	14.209 14.653 137.308 304.100

		31/12/2015	
Demonstração do resultado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Lucro bruto	46.791	æ	46.791
Receitas (despesas) operacionais Lucro antes dos impostos	(25.055) 21.736		(25.055) 21.736
Imposto de renda e contribuição social Corrente Diferido (a) Lucro líquido do exercício	(6.844)	(806) (806)	(6.844) (806) 14.086

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(a) De acordo com as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, a Companhia está refletindo em suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 1º de janeiro de 2015 o reconhecimento dos impostos de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias da amortização da UBP e Encargos Financeiros UBP por conta da Lei 12.973 que revogou o Regime Tributário de Transição. A Companhia também está refletindo em suas demonstrações financeiras os respectivos ajustes na reserva legal, nos dividendos mínimos obrigatórios no patrimônio líquido e nos dividendos a pagar no passivo.

Os impactos nas demonstrações do resultado abrangente, das demonstrações de fluxos de caixa e nas demonstrações do valor adicionado são decorrentes do ajuste no lucro líquido do período e os efeitos não são relevantes para a apresentação da reconciliação. Os ajustes demonstrados acima não provocaram efeitos nos totais das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos nas demonstrações de fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

#### 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### a. Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

#### b. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação e, que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais ativos e passivos financeiros: i. mensurados ao valor justo por meio do resultado, ii. empréstimos e recebíveis, iii. caixa e equivalentes de caixa e iv. Passivos financeiros não derivativos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

#### i. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras", no período em que ocorrem.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

#### ii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber.

#### iii. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

#### iv. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores (nota11) e outras contas a pagar (nota 14).

#### c. Impairment de ativos e passivos financeiros

#### i. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis):

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

#### d. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado á UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### e. Ativos intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01 (Contratos de Concessão) e o OCPC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

#### f. Imobilizado

#### i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e m\u00e3o de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

#### ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Edifícios 5 - 50 anos Máquinas e equipamentos 7 - 37 anos Móveis e utensílios 5 - 16 anos

Os métodos de depreciação, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual de um equipamento foram revisados em 31 de dezembro de 2015.

#### g. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações.

Os riscos contingentes, devido a sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros,

consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Companhia. Nesse contexto e frente as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não registrou provisões.

#### h. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### i. Impostos e contribuições

A Companhia apura e calcula seus tributos, impostos e contribuições, com base em regime de competência:

- O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados de acordo com a Apuração Mensal no LALUR (Livro de apuração do Lucro Real).
- As contribuições do PIS e da COFINS são apuradas conforme o faturamento mensal da Companhia.
- As contribuições ao INSS e ao FGTS são apuradas de acordo com a folha de pagamento mensal da Companhia.
- O ISSQN e o IRRF são retidos quando da contratação e prestação de serviços de terceiros.

#### j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicáveis, quando entrarem em vigência. Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas abaixo.

CPC 48  Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários de demonstrações contábeis para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade. O pronunciamento introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Será exigido efeito retrospectivo, mas a informação comparativa não é obrigatória.
CPC 47  Receita de contrato de cliente	O objetivo deste pronunciamento é estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente. Além disso, substitui o CPC 30 — Receita e outros documentos do CPC correlacionados ao reconhecimento de receitas.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

•	2016	2015
Caixa e bancos	49	1.036
Aplicações financeiras - CDB Pré-fixado	147.514	139.566
	147.563	140.602

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado. As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo aplicadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

#### 5 Contas a receber

	2016	2015
Ampla Energia e Serv. S/A	188	188
Bandeirantes Energia S/A	182	182
CELG Distribuição S/A	122	94
CEMIG Distribuição S/A	174	164
CELPA - Centrais elétricas do Pará S/A	358	306
COELBA - Cia. De Eletricidade do Estado da Bahia	411	328
CELTINS - Cia. De Energia Elétrica do Estado do Tocantins	-	32
CEAL - Cia. Energética de Alagoas	35	53
CELPE - Cia. Energética de Pernambuco	350	315
COELCE - Cia. Energética do Ceará	234	205
CEMAR - Cia. Energética do Maranhão	105	77
CEPISA - Cia. Energética do Piauí	262	194
COSERN - Cia. Energética do Rio Grande do Norte	137	119
Cia. Estadual de Distribuição de Energia	115	107
Cia. Paulista de Força e Luz	74	76
Copel Distribuição S/A	505	386
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	268	225
Eletropaulo Metropolitana Eletr. De São Paulo	1.002	625
Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A	÷	69
Energisa Borborema Distrib. De Energia S/A	9	7
Energisa Paraíba Distrib. De Energia S/A	65	46
Energisa Sergipe Distrib. De Energia S/A	47	33
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A	220	172
Light Serviços de Eletricidade S/A	504	433
DEAL Comercializadora de Energia Ltda	404	1. <del></del>
Apuração Regime de Cotas de Garantia - Antas I	232	197
IBS Comercializadora Ltda	724	8 <del>-</del>
Solenergias Comercializadora de Energia S/A		668
CPFL Comercialização Brasil S/A	=	1.634
Brasil Comercializadora de Energia S/A	1.058	: <del>-</del>
Companhia de Eletricidade do Amapá	232	
Companhia Luz e Força Santa Cruz	1	(.55
Energisa Mato Grosso do Sul S/A	112	· ·
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	49	// <del>·</del>
Delta Comercializadora de Energia Ltda	362	X1 <del>4</del>
Deckel Ind. E Com. De Plásticos Técnicos Ltda	110	
	8.651	6.859

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Refere-se, basicamente, a saldo a receber decorrentes dos suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

O prazo médio do contas a receber é de aproximadamente 30 (trinta) dias. A DMEE avaliou os saldos do contas a receber dos clientes e julgou não haver riscos relevantes de perdas nestes créditos, portanto, não existe necessidade de constituição de provisão de devedores duvidosos.

#### 6 Outros créditos

	2016	2015
Ativo	*	
Circulante:		
IRRF sobre aplicações financeiras	6.198	4.625
Prêmio de seguro a apropriar – risco hidrológico	1.306	1.306
Dividendos a receber	73	1.967
Outros	296	801
	7.873	8.699
Não circulante:		
Risco Hidrológico	3.228	4.572
Outros	872	742
	4.100	5.314

#### 7 Partes relacionadas

	2016	2015
Passivo circulante:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	138	792
	138	792
Passivo não circulante:	21.1	9.90
P&D - Pesquisa e Desenvolv. – CESAP	815	607
Taxa fiscalização ANEEL – UHE Antas I	4	= 1
Aquisição Unidade de Conservação – CESAP	586	526
	1.405	1.133
Receitas: Comercialização de energia		16.493
Custo: Barra Grande Energia S.A. (a)	4.050	22.156

(a) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Energética Barra Grande S.A. - BAESA, na qualidade de vendedora, e a DMEE, na qualidade de compradora, tendo por objeto a compra e venda da energia gerada na UHE Barra Grande, o qual vigorará até 14 de maio de 2036. Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

#### Profissionais chaves da Administração

A Companhia considerou como "profissionais chave" os integrantes da sua Diretoria Executiva, composto pelo Diretor Superintendente e pelo Diretor Comercial-Financeiro, para o exercício de 2016. Para o exercício de 2015 apenas o Diretor Superintendente foi remunerado pela Companhia.

Durante os exercícios de 2016 e 2015 a remuneração da Diretoria Executiva foi apropriada como despesa que incluiu salários, abono de férias, 13º salário, e outros benefícios no montante de R\$ 717 em 2016 (R\$ 491 em 2015).

#### 8 Investimentos

#### a. Composição dos investimentos

Composição dos Investimentos		
	2016	2015
Participações em consórcio Consórcio Empresarial Pai Querê	3.768	3.755
Participações Societárias Permanente		
Baesa - Barra Grande Energia S.A.	65.027	61.739
Sefac - Serra do Fação Energia S.A.	31.925	32.468
Etau - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	11.125	8.986
	108.077	103.193
Adiantamento para futuro aumento de capital – SEFAC	; <del>=</del> :	5.548
	111.845	112.496

#### b. Dados sobre as participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial:

Em milhares de reais	Participação %	Quantidade de ações	Total do Ativo	Patrimonio Líquido	Lucro ou prejuizo	Equivalência Patrimonial 2016	Equivalência Patrimonial 2015
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	8,8189%	398.381.000	1.205.699	737,365	37.652	3.320	730
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.	10,0877%	370.899.999	2.423.783	316.467	(60.393)	(6.092)	(12.243)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A ETAU	10%	34.895.364	176.414	91.182	21.607	2.161	2.026
			3.805.896	1.145.014	(1.134)	(611)	(9.487)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	Saldos 2015	Equivalência Patrimonial	Dividendos 2016	Afac Sefa	c Saldo 2016
Baesa SEFAC ETAU	61.739 32.468 8.986	3.320 (6.092) 2.161	(32) - (22)	5.549 -	65.027 31.925 11.125
Total	103.193	(611)	(54)	5.549	108.077
	Saldos 2014	Equivalência Patrimonial	Dividendos pagos em 2015	Dividendos a pagar 2016	Saldo 2015
Baesa SEFAC ETAU	61.016 46.111 8.445	729 (12.243) 2.027	465 (1.412)	(6) (1.865) (74)	61.739 32.468 8.986
Total	115.572	(9.487)	(947)	(1.945)	103.193

Nenhuma das coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Não obstante a Companhia possuir menos do que 20% do capital votante das coligadas Energética Barra Grande S.A. (BAESA), Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU) e Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC), a Companhia entende que possui uma influência significativa, dada sua representatividade no Conselho de Administração das investidas.

DME Energética S.A. - DMEE Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

# Imobilizado

ത

	2015		13.558	38.642	55.470	76	32	1.573	863	110.215		1615	1.615		821	87	101	4	1.013	112.843
Líquido	2016		13.276	37.308	54.113	55	29	1.572	825	107.178		2 020	2.020		9//	81	98	-	944	110.142
į	Depreciação acumulada		(5.521)	(19.413)	(13.665)	(247)	(41)		(260)	(39.147)		•	•	Č,	(0Le)	(333)	(154)	(109)	(1.106)	(40.253)
	Custo de aquisição		18.797	56.721	67.778	302	20	1.572	1.085	146.325		2 020	2.020	0007	1.286	414	240	110	2.050	150.395
	Taxa de depreciação		3,33%	3,33%	2%	14,29%	6,25%		1						3,33%	6,25%	6,25%	14,29%		
		Imobilizado em serviço	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Veículos	Móveis e Utensilios	Terrenos	Sistema de Transmissão e Conexão	Total do imobilizado em serviço	المرسان سو مامخاانام سا	Impobilizado en curso	Total do imobilizado em curso	Administração:	Edificações, obras civis e benteitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total do imobilizado - Administração	Total do Imobilizado

#### DME Energética S.A. - DMEE Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

#### a. Composição do imobilizado de acordo com as unidades de cadastro da Resolução Normativa da ANEEL 674/2015:

			Líquido			
	Custo de aquisição		2016_	2015_		
Ativo imobilizado em serviço						
Geração	146.325	(39.147)	107.178	110.215		
Administração	2.050	(1.106)	944	1.013		
	148.375	(40.253)	108.122	111.228		
Ativo imobilizado em curso						
Geração	2.020		2.020	1.615		
	150.395	(40.253)	110.142	112.843		

#### b. Movimentação do custo do ativo imobilizado em serviços e administração

	31.12.2015	Adições	Transferências	31.12.2016
Terrenos	1.572	121		1.572
Reservatórios, barragens e adutoras	67.315	391	72	67.778
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.806	102	175	20.083
Máquinas e equipamentos	56.188	250	947	57.135
Veículos	412	100	579	412
Móveis e utensílios	310	\$ <b>#</b>	120	310
Sistema Transmissão e conexão	1.085	(: <del>-</del> )	<b>=</b> 0	1.085
Imobiliado em curso	1.615	1.599	(1.194)	2.020
	148.303	2.092	-	150.395
	31.12.2014	Adições	Baixas	31.12.2015
Terrenos	1.462	110		1.572
Terrenos Reservatórios, barragens e adutoras	1.462 66.059	110 1.256		1.572 67.315
A	CONTRACTOR OF THE PROPERTY.	2011 - 2011 - 2011	-	
Reservatórios, barragens e adutoras	66.059	2011 - 2011 - 2011		67.315
Reservatórios, barragens e adutoras Edificações, obras civis e benfeitorias	66.059 19.806	1.256		67.315 19.806
Reservatórios, barragens e adutoras Edificações, obras civis e benfeitorias Máquinas e equipamentos	66.059 19.806	1.256 - 84	-	67.315 19.806 56.188
Reservatórios, barragens e adutoras Edificações, obras civis e benfeitorias Máquinas e equipamentos Veículos	66.059 19.806 56.104	1.256 - 84 452	-	67.315 19.806 56.188 412
Reservatórios, barragens e adutoras Edificações, obras civis e benfeitorias Máquinas e equipamentos Veículos Móveis e utensílios	66.059 19.806 56.104 - 69	1.256 - 84 452 241	(40)	67.315 19.806 56.188 412 310

#### Movimentação da depreciação acumulada

	31.12.2015	Adições	Baixas	31.12.2016
Reservatórios, barragens e adutoras	(11.845)	(1.820)	#	(13.665)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(5.428)	(603)	2	(6.031)
Máquinas e equipamentos	(17.458)	(2.288)	-	(19.746)
Veículos	(331)	(25)	-	(356)
Móveis e utensílios	(176)	(19)	=	(195)
Sistema Transmissão e conexão	(222)	(38)	-	(260)
	(35.460)	(4.793)	12	(40.253)
	31.12.2014	Adições	Baixas	31.12.2015
Reservatórios, barragens e adutoras	(9.144)	(2.701)	::-	(11.845)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(4.624)	(804)		(5.428)
Máquinas e equipamentos	(14.087)	(3.371)	0 <del>3</del>	(17.458)
Veículos	(319)	(43)	31	(331)
Móveis e utensílios	(156)	(20)	%=	(176)
Sistema Transmissão e conexão	(184)	(38)	-	(222)
	(28.514)	(6.977)	31	(35.460)

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: para os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados, dentre outras.

O resultado de tal avaliação para os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização adicionais a serem reconhecidas.

#### 10 Intangível

	Taxa de Depreciação		c	Liquido			
		Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	2016	2015		
Em serviço	20%	88.660	(20.670)	67.990	71.388		
Software	20%	220	(197)	23	35		
Total do Intangível		88.880	(20.867)	68.013	71.423		

#### a. Movimentação do Intangível

	2014	Amortiz.	2015	Amortiz.	2016
UHE Salto Pilão	6	(6)	-		-
UBP - Salto Pilão	74.787	(3.399)	71.388	(3.398)	67.990
PCH Padre Carlos	1	~	1	72	1
Administração	54	(20)	34	(12)	22
Total do Intangível	74.848	(3.425)	71.423	(3.410)	68.013

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

#### Contrato de Concessão - AHE Salto Pilão

Ativo intangível relativo ao direito de uso de bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado a partir da entrada em operação pelo respectivo prazo remanescente da concessão, e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento.

A obrigação decorre do Contrato de Concessão, pelo uso do bem público, a ser recolhido mensalmente à União.

Em "Outros intangíveis" estão registrados os gastos com aquisição de softwares e as respectivas amortizações.

#### 11 Uso do bem público (CESAP)

	2016	2015
UBP - CESAP (Passivo Circulante)	8.607	7.630
UBP - CESAP (Passivo Não Circulante)	163.508	155.251
	172.115	162.881

O Uso do bem público é uma obrigação decorrente do Contrato de Concessão a ser recolhido mensalmente à União a partir do início da operação comercial e até o 35° ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico o montante de R\$ 510.000 (base de preços de outubro de 2001). A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo prazo da concessão.

A obrigação foi registrada no passivo em julho de 2009, data da Licença Ambiental de Operação do Consórcio, e vem sendo atualizado pelo IGPM, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e seus Aditivos. Esta obrigação foi contabilizada originalmente ajustada a valor presente.

#### 12 Patrimônio líquido

#### a. Capital social

Em 2015, o valor do capital social era de R\$ 218.634 e, em 2016 houve um aumento no capital social no valor de R\$ 28.616 utilizando a reserva de lucros, conforme Decreto Municipal nº 11.971 de 10/08/2016 e ata da Assembléia Geral Extraordinária – AGE de 10 de agosto de 2016. Assim, o capital social em 31 de dezembro de 2016, subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 247.250, divididos em 215.696.330 ações ordinárias, nominativas tendo como único acionista a sociedade DME Poços de Caldas Participações S.A.

#### b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### c. Reserva de retenção de lucros

No exercício de 2016 foram pagos dividendos intermediários à DME Poços de Caldas Participações S/A no valor de R\$ 36.000, conforme ata AGE de 21 de julho de 2016.

#### d. Destinação do lucro líquido

A Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. O dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

No exercício de 2016 a Companhia deliberou pelo pagamento nos meses de abril, maio, junho, julho, setembro e dezembro de juros sobre o capital próprio para sua única acionista DME Poços de Caldas Participações S.A., no valor total de R\$ 13.830 (R\$ 8.653 em 2015) calculados sobre as contas do patrimônio líquido utilizando a taxa de juros de longo prazo no período de janeiro a novembro, conforme previsto na legislação vigente.

Em 2016, a Companhia apurou o valor de R\$ 17.710 mil que corresponde a 50% do lucro líquido do exercício.

Admin as succession	2016	2015
Lucro líqiudo do período	37.284	14.086
(-) Reserva legal	(1.864)	(704)
Base de cálculo	35.420	13.382
Dividendos propostos:	17.710	7.074
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	8.855	3.346
Dividendos propostos	8.855	3.729

#### 13 Receita operacional líquida

#### a. Receita com fornecimento de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela. A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

0040

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2016	2015
Suprimento de energia elétrica	49.017	46.194
Comercialização de energia	33.202	42.556
Energia elétrica de curto prazo – CCEE	826	2.346
Usina Antas I - Regime de Cotas	2.474	2.256
Venda Energia Elétrica para Terceiros	2.133	
	87.652	93.352
Deduções da receita operacional		
PIS/Pasep	(1.267)	(937)
COFINS	(5.836)	(4.317)
Encargos do consumidor - P&D	(377)	(329)
Taxa de Fiscalização ANEEL	(128)	(107)
ICMS – Comercialização com Terceiros	(384)	
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(1.603	(1.445)
	(9.595)	(7.135)
	78.057	86.217

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

#### 14 Custos operacionais

		2016	2015
	Depreciação operacional	3.759	3.763
	Amortização operacional	3.399	3.405
	Serviços de terceiros	4.940	4.076
	Encargos de uso rede elétrica	1.155	1.524
	Pessoal	1.017	607
	Material	194	146
	Outros	146	204
		14.610	13.725
A.E.	Formula alffular assumurata		
15	Energia elétrica comprada		
		2016	2015
	BAESA - Barra Grande Energia S.A.	4.050	22.156
	CCEE - Câmara Comercialização de Energia	1.344	(5.660)
	América Energia Ltda	550	4.881
	Deal Comercializadora de Energia Ltda	84	346
	Kroma Comercializadora de Energia Ltda	164	-
	Federal Energia Ltda	1.370	-
	Tradener Ltda	<u> </u>	430
	Bio Energia Comércio de Energia	w	858
	EDP – Comerc. e Serviços de Energia Ltda	æ	927
	Electra Comercializadora de Energia Ltda	.m.	1.559
	Comerc Comercializadora de Energia Ltda		287
	Gávea Comercializadora de Energia Ltda	<del>-</del> :	263
	( <del></del>	7.562	25.701

A partir de 1º de janeiro de 2012, a DMEE não efetuou mais compra de energia para revenda da sua coligada SEFAC e toda a energia da SEFAC esta sendo vendida no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

#### 16 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2016	2015
Receita Financeira	<del></del>	
Juros recebidos	389	13
Rendimento de aplicações financeiras	20.191	16.652
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.041)	(566)
Receita não operacional	245	78
	19.784	16.177
Despesa Financeira		
Atualização financeira - P&D	(53)	(60)
Encargos financeiros UBP Salto Pilão	(15.088)	(21.550)
Uso do bem público – UBP - AVP	(4.911)	(5.031)
Outras despesas	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(186)
	(20.052)	(26.827)
Resultado Financeiro líquido	(268)	(10.650)
Receita financeira		

Relacionada com as aplicações financeiras, a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

#### 17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A demonstração do exercício de 2016 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14.

a. Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2016 e 2015:

Lucro antes dos tributos         49.903         49.903           Adições permanentes         6.704         6.704           Exclusões permanentes         (21.887)         (21.887)           Base de cálculo         34.720         34.720           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         5.223         3.133           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         3.458         -           Total impostos correntes         8.680         3.133           Lucro antes dos tributos         21.736         21.736           Adições permanentes         5.588         5.588           Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)           Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -           Total impostos correntes         5.026         1.818		2016	
Adições permanentes         6.704         6.704           Exclusões permanentes         (21.887)         (21.887)           Base de cálculo         34.720         34.720           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         5.223         3.133           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         3.458         -           Total impostos correntes         8.680         3.133           Lucro antes dos tributos         21.736         21.736           Adições permanentes         5.588         5.588           Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)           Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -		IRPJ	CSLL
Exclusões permanentes         (21.887)         (21.887)           Base de cálculo         34.720         34.720           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         5.223         3.133           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         3.458         -           Total impostos correntes         8.680         3.133           IRPJ         CSLL           Lucro antes dos tributos         21.736         21.736           Adições permanentes         5.588         5.588           Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)           Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -	Lucro antes dos tributos	49.903	49.903
Base de cálculo         34.720         34.720           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         5.223         3.133           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         3.458         -           Total impostos correntes         8.680         3.133           IRPJ         CSLL           Lucro antes dos tributos         21.736         21.736           Adições permanentes         5.588         5.588           Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)           Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -	Adições permanentes	6.704	6.704
Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         5.223         3.133           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         3.458         -           Total impostos correntes         8.680         3.133           IRPJ         CSLL           Lucro antes dos tributos         21.736         21.736           Adições permanentes         5.588         5.588           Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)           Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -	Exclusões permanentes	(21.887)	(21.887)
Despesa com imposto de renda e contribuição social         5.223         3.133           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         3.458         -           Total impostos correntes         8.680         3.133           IRPJ CSLL           Lucro antes dos tributos         21.736         21.736           Adições permanentes         5.588         5.588           Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)           Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -	Base de cálculo	34.720	34.720
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         3.458         -           Total impostos correntes         8.680         3.133           IRPJ         CSLL           Lucro antes dos tributos         21.736         21.736           Adições permanentes         5.588         5.588           Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)           Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -		25%	9%
Total impostos correntes         8.680         3.133           Z015           IRPJ         CSLL           Lucro antes dos tributos         21.736         21.736         21.736         21.736         21.736         5.588         5.588         Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)         Base de cálculo         20.104         20.104         20.104         Polymore           Alíquota aplicável         25%         9%         Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818         Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -		5.223	3.133
Lucro antes dos tributos         21.736         21.736           Adições permanentes         5.588         5.588           Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)           Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -	Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	3.458	-
Lucro antes dos tributos         21.736         21.736           Adições permanentes         5.588         5.588           Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)           Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -	Total impostos correntes	8.680	3.133
Lucro antes dos tributos         21.736         21.736           Adições permanentes         5.588         5.588           Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)           Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -		2045	
Adições permanentes         5.588         5.588           Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)           Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -		2015	
Exclusões permanentes         (7.220)         (7.220)           Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -			
Base de cálculo         20.104         20.104           Alíquota aplicável         25%         9%           Despesa com imposto de renda e contribuição social         3.030         1.818           Adicional de 10% conforme previsto pela legislação         1.996         -	Lucro antes dos tributos	IRPJ	CSLL
Alíquota aplicável 25% 9% Despesa com imposto de renda e contribuição social 3.030 1.818 Adicional de 10% conforme previsto pela legislação 1.996 -	Adições permanentes	IRPJ 21.736	21.736
Despesa com imposto de renda e contribuição social 3.030 1.818 Adicional de 10% conforme previsto pela legislação 1.996 -	Adições permanentes	IRPJ 21.736 5.588	21.736 5.588
Despesa com imposto de renda e contribuição social 3.030 1.818 Adicional de 10% conforme previsto pela legislação 1.996 -	Adições permanentes Exclusões permanentes	21.736 5.588 (7.220)	21.736 5.588 (7.220)
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação 1.996	Adições permanentes Exclusões permanentes Base de cálculo	21.736 5.588 (7.220) 20.104	21.736 5.588 (7.220) 20.104
The state of the s	Adições permanentes Exclusões permanentes Base de cálculo Alíquota aplicável	21.736 5.588 (7.220) 20.104	21.736 5.588 (7.220) 20.104
	Adições permanentes Exclusões permanentes Base de cálculo  Alíquota aplicável Despesa com imposto de renda e contribuição social	21.736 5.588 (7.220) 20.104 25% 3.030	21.736 5.588 (7.220) 20.104

b. A movimentação dos impostos diferidos está apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	2016	2015	2014
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Reversão RTT - Amortização UBP	8.887	9.324	9.761
Reversão RTT – Encargos Financeiros UBP	39.319	41.254	43.188
Base impostos diferidos	48.206	50.578	52.949
Alíquota aplicável	34%	34%	34%
Impostos diferidos ativo	16.390	17.196	18.003
Total despesa imposto diferido	806	806	10.000

#### 18 Contingências

A Companhia não possui processos judiciais, para os quais, na avaliação de risco de sua Assessora Jurídica, apresentem risco provável de perda que demande a constituição de provisões, conforme estabelecido pelo CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente.

A Companhia é ré em um processo cível judicial referente a declaração de existência de relação jurídica de compra e venda de energia entre as partes, em trâmite na segunda vara cível da Comarca de Poços de Caldas, no qual já foi prolatada sentença de mérito na primeira instância, sem transito em julgado, pois se encontra em grau recursal na segunda instância da Justiça Estadual de Minas Gerais. Ainda que a decisão prolatada, no sentido da DMEE cumprir obrigação de entregar energia seja mantida, não há ainda como saber se haverá prejuízo material da DMEE em reais, porque haverá a contraprestação do pagamento do preço dessa energia pela outra parte. Assim, dado que a decisão de primeira instância não transitou em julgado, e ainda, que não haverá pagamento a ser realizada à autora, mas somente entrega da energia mediante pagamento pela autora, não há previsão de valores de possíveis prejuízos a serem suportados pela DMEE.

A Companhia não é parte em outros processos judiciais considerados pela sua Assessoria Jurídica com risco de perda possível/provavél.

#### 19 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

#### 20 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e
  aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de
  custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério pro rata,
  que equivalem aos seus valores de mercado e ao valor contábil.
- Outros créditos São, basicamente, classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

#### Nível de hierarquia

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

- Nível 1 preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos;
- Nível 3 ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo. A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2:

	Nível de Hierarquia	2016	2015
CDB CAIXA	II	118.725	120.909
CDB BB	11	9	10
CDB Mercantil	11	22.929	10.763
Compromissada DI - Itaú	11	2.008	2.920
FIC Caixa	11	1.174	3.214
Itaú PP CP	Ш	2.540	1.509
Aplicação CESAP	11	128	241
		147.513	139.566

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 se aproximam de seus valores contábeis.

#### 21 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- Risco de crédito Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos obtidos com venda de energia.
- Risco quando a escassez de energia A Companhia, assim como o Sistema Elétrico Brasileiro, é abastecida predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas.

O setor elétrico brasileiro está enfrentando um período de crise, que se iniciou em 2012, devido, principalmente, à hidrologia desfavorável, com energia natural afluente e volume armazenado dos reservatórios muito baixos, o que leva à: a) impacto do GSF (Generation Scaling Factor) na garantia física das usinas, obrigando a compra de energia no curto prazo ou no mercado livre para suprir esse corte; b) Despacho constante de térmicas para atender a demanda do país, que são fontes mais caras que as hidroelétricas; c) preços de liquidação das diferenças (PLD) elevados e com alta volatilidade, assim como os preços no mercado livre e mercado regulado.

 Risco de liquidez - A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Diretoria Comercial-Financeira. Esta diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As sobras de caixa estão totalmente aplicadas em operações de CDB.

#### 22 Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2016 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Marcelo Dias Loichate Diretor Superintendente Miguel Gustavo Junqueira Franco Diretor Superintendente

Jarba Moreira da Silva Contador

CRC-MG 074 173/0-7